



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**BRUNO RIBEIRO DA SILVA**

**EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES SOCIAIS NO CENÁRIO CAPITALISTA**  
**NEOLIBERAL: UMA VISÃO BOURDIESIANA**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO**

**2023**

**Bruno Ribeiro da Silva**

**Educação e desigualdades sociais no cenário capitalista neoliberal: Uma visão  
bourdiesiana**

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus Universitário de Miracema do Tocantins para obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

Orientador (a): Dra. Luciane Silva de Souza

Miracema do Tocantins, TO

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- S586e Silva, Bruno Ribeiro da.  
Educação e desigualdades sociais no cenário capitalista neoliberal: uma  
visão bourdieusiana. / Bruno Ribeiro da Silva. – Miracema, TO, 2023.  
25 f.
- Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2023.  
Orientadora : Luciane Silva de Souza
1. Desigualdades socioeducacionais. 2. Neoliberalismo. 3. Capital cultural.  
4. Bourdieu. I. Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer  
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte.  
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184  
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da  
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

BRUNO RIBEIRO DA SILVA

EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES SOCIAIS NO CENÁRIO CAPITALISTA  
NEOLIBERAL: UMA VISÃO BOURDIEUSIANA

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Pedagogia foi avaliado para a obtenção do título de licenciado em Pedagogia e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 13 / 07 / 2023

Banca Examinadora

---

Prof.(a) Dra. Luciane Silva de Souza, Orientadora – UFT.

---

Prof.(a) Msc. Maria das Graças Pereira Silva, Examinadora – SEMEC/Lajeado-TO.

---

Prof. Me. Dálcio Rosário Alves, Examinadora – UNITINS -TO.

Dedico este trabalho a minha família,  
amigos(as) e professores(as).

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por sua infinita bondade, pela saúde, força, resiliência e discernimento para encarar os desafios do dia-a-dia. Mesmo em alguns momentos, estando cansado e reflexivo, o SENHOR deu-me forças e ânimo, para esta jornada acadêmica.

Agradeço a minha família que esteve sempre ao meu lado, pelo o apoio e incentivo, com sua compreensão, ânimo e alegria; em especial ao meu Pai, Aroldo Ribeiro dos Santos, que esteve sempre me apoiando.

Agradeço à minha orientadora, Professora Dra. Luciane Silva de Souza, pela oportunidade de ter sido seu orientando. Grato por sua dedicação, paciência e humildade; pelos livros, e por suas correções. Sem sua orientação, esse trabalho não seria possível.

Agradeço aos meus amigos(as), que me apoiaram, fazendo essa trajetória ser animada e rica, com contos, risos e vivências.

Agradeço a Universidade Federal do Tocantins, pela a experiência de aprendizado, convivência e contribuição ao longo do curso. Com certeza, levarei ótimos ensinamentos para a vida.

Agradeço às Professoras e Professores, por suas aulas e orientações, que geram conhecimento e discernimento necessário, para sermos melhores como pessoas.

Agradeço a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para o desenvolvimento da minha trajetória acadêmica ao longo do curso.

## RESUMO

Com o advento do neoliberalismo e a modernização da sociedade brasileira, percebe-se o crescimento dos índices de desigualdades socioeducacionais, entre as classes sociais. Tais índices, se dão em uma sociedade estratificada, que legitimam os interesses das classes dirigentes, sobre a classe operária, segregando o acesso de oportunidades nas posições de poder e desenvolvimento educacional. Esses interesses, motivados pela sobrevivência e imediatismo financeiro, presentes na trajetória histórica brasileira, além da exclusão do sistema educacional a que ficou fadada grande parcela da sociedade (classe operária), entram em contradição com o suporte e influência dos indivíduos das classes dirigentes. Em outros casos, a falta de instrução familiar, como também o pouco acesso a conhecimentos, valores e concepções, poderá alienar um indivíduo por meio de um capital cultural pertencente à classe dirigente. Entender sobre educação e desigualdades sociais no cenário capitalista neoliberal numa visão bourdiesiana, é compreender concepções que identifiquem pontos sobre a conjuntura social, que influenciam nos índices de permanência, notas e aprovações dos indivíduos. Nesse sentido, a problemática que buscamos investigar passa pelo seguinte questionamento: Quais as relações existentes entre a função da escola, as estruturas de classe e as desigualdades sociais, no contexto capitalista? O objetivo geral deste artigo é verificar as relações existentes entre o papel da escola nas estruturas de classe. Como objetivos específicos temos: estudar teóricos para as discussões propostas; observar o conceito de classe no cenário neoliberal, para entender as desigualdades socioeducacionais; discutir as condições de participação social do sujeito na educação. A pesquisa de abordagem bibliográfica e qualitativa, refletiu sobre livros e artigos, que puderam contribuir para a sustentação teórica, como também a geração dos resultados. O estudo indicou que, as concepções aqui expostas são imprescindíveis para a compreensão das diferenças educacionais entre a classe dirigente e a classe operária. Uma visão bourdiesiana sobre as conjunturas existentes, possibilita ao leitor entender como os fatores do ambiente, o *habitus*, sua classe e a questão financeira, inviabiliza oportunidades e influência no sucesso de um indivíduo, no aspecto educacional.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Educacional. Capital cultural. Bourdieu.

## ABSTRACT

With the advent of neoliberalism and the modernization of Brazilian society, one can see the growth of socio-educational inequalities between social classes. Such indices occur in a stratified society, which legitimize the interests of the ruling classes over the working class, segregating access to opportunities in positions of power and educational development. These interests, motivated by survival and financial immediacy, present in the Brazilian historical trajectory, in addition to the exclusion from the educational system to which a large portion of society (working class) was doomed, come into contradiction with the support and influence of individuals from the ruling classes. In other cases, the lack of family education, as well as little access to knowledge, values and concepts, may alienate an individual through cultural capital belonging to the ruling class. Understanding about education and social inequalities in the neoliberal capitalist scenario in a Bourdieusian view, is to understand conceptions that identify points about the social situation, which influence the permanence indexes, grades and approvals of individuals. In this sense, the problem that we seek to investigate goes through the following question: What are the relationships between the function of the school, class structures and social inequalities in the capitalist context? The general objective of this article is to verify the existing relationships between the role of the school in class structures. As specific objectives we have: study theorists for the proposed discussions; observe the concept of class in the neoliberal scenario, to understand socio-educational inequalities; discuss the conditions of social participation of the subject in education. The research with a bibliographic and qualitative approach, reflected on books and articles, which could contribute to the theoretical support, as well as the generation of results. The study indicated that the concepts exposed here are essential for understanding the educational differences between the ruling class and the working class. A Bourdieusian view of the existing circumstances enables the reader to understand how environmental factors, habitus, class and financial issues make opportunities unfeasible and influence an individual's success in the educational aspect.

**Keyword:** Neoliberalism. Educational. Cultural capital. Bourdieu.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>10</b>
<b>3</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>3.1</b>	<b>O conceito de classe e o Neoliberalismo.....</b>	<b>13</b>
<b>3.2</b>	<b>Contexto histórico socioeducacional Brasileiro e a função da escola.....</b>	<b>15</b>
<b>3.3</b>	<b>Concepções bourdiesianas: Capital cultural, violência simbólica e habitus.....</b>	<b>17</b>
<b>3.4</b>	<b>Compreensão do capital cultural e suas influências sobre o desenvolvimento educacional.....</b>	<b>19</b>
<b>3.5</b>	<b>A concepção socioeducacional por alguns autores.....</b>	<b>21</b>
<b>3.6</b>	<b>Educação e Desigualdades Sociais no cenário Capitalista Contemporâneo: Algumas reflexões.....</b>	<b>22</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>23</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>24</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No presente artigo “Educação e desigualdades sociais: concepções socioeducacionais no cenário capitalista brasileiro”, discorre-se sobre a relação entre educação e as ações e parâmetros institucionais presentes nas políticas públicas, com ênfase no destaque sobre as desigualdades socioeducacionais, entre as classes sociais.

Para os sujeitos, numa perspectiva social, pensando nas condições reais e concretas, atingir a mesma qualidade e desenvolvimento sociocognitivo, pode se tornar algo extremamente difícil e complexo, comparado aos demais indivíduos de classes distintas, em especial, a elite, dona do capital cultural, social e econômico.

Para a construção do presente texto, fez-se necessário o aprofundamento de questões relacionadas ao contexto histórico, sociológico, socio-ideológico e educacional, que envolve todo o processo desenvolvimentista da educação no Brasil, sobre a perspectiva das classes sociais. A equidade do processo de ensino-aprendizagem, nesse contexto, buscaria por melhorias significativas, com relação às oportunidades educacionais. Para isso, seria necessário entender as raízes das desigualdades sociais, e como isso se constrói gradativamente entre o desenvolvimento educacional e sua percepção de sociedade. A criticidade, autonomia e consciência de classe, no aspecto sociológico, buscaria a presente compreensão.

A realidade no contexto socioeducacional atual, principalmente destacando as diferenças entre as localidades menos desenvolvidas e as comunidades menos favorecidas em relação às mais desenvolvidas e à elite, fundada no déficit de distribuição de renda e educacional, entre suas classes. Tendo nesse contexto, sempre, condições desiguais de acesso à educação.

A exclusão dessas pessoas com menos oportunidades na educação, criaria instintivamente impasses sociais, que dificultariam o ingresso ao mercado de trabalho, à universidade e aos mecanismos de poder presentes na sociedade. Para que haja uma possível solução, com relação à problemática, é necessário entender o contexto histórico das lutas e avanços e retrocessos educacionais, ao longo da trajetória da educação na sociedade brasileira.

Paulo Freire, sendo um dos principais precursores das discussões acerca da educação como libertadora e formadora da autonomia do sujeito, da consciência crítico-reflexiva com relação às classes operárias, utilizaria o contexto social brasileiro, no século XX, como ponto de partida, para o seu trabalho.

Nesse aspecto, acredita-se que as relações existentes entre a escola e suas classes sociais, têm fortes influências sobre o desenvolvimento educacional do aluno, resultando em

diferenças nos índices educacionais de acordo com a realidade e situação ao qual está inserido. Para tal compreensão, faz-se necessário entender as origens das diferenças socioeducacionais e as contradições existentes na sociedade.

## 2 METODOLOGIA

O presente artigo com a intenção de alcançar os objetivos propostos, partirá das pesquisas: bibliográfica, documental, qualitativa, utilizando o método dialético hegeliano e como método de procedimento, o histórico.

Prodanov; Freitas (2013) afirmam que:

A pesquisa científica é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação. (...) A pesquisa sempre parte de um problema, de uma interrogação, uma situação para a qual o repertório de conhecimento disponível não gera resposta adequada. (...) portanto, toda pesquisa se baseia em uma teoria que serve como ponto de partida para a investigação (PRODANOV, FREITAS, 2013, p.43)

Segundo Lakatos e Marconi (2003), é de suma importância o levantamento de bases teóricas para a construção de uma narrativa, pois, tal fator, contribui para a observação ao tema, com novas abordagens e conclusões.

A pesquisa bibliográfica é quando as informações sobre o assunto são retiradas de textos elaborados por outras fontes como: livros, artigos, teses, monografias, entre outros.

A pesquisa bibliográfica trata-se do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado, em livros, revistas, jornais, boletins, monografias, teses, dissertações, material cartográfico, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o mesmo. (LAKATOS; MARCONI, 1987, p. 66)

A pesquisa bibliográfica deste artigo, foi feita em livros e artigos que tratam sobre o tema: “Educação e desigualdades sociais: concepções socioeducacionais no cenário capitalista”. Por isto, há de se obter embasamento em obras como: “Escritos de educação”, de Nogueira e Catani (2007), “Educação e Mudança”, de Paulo Freire (1979), “Bourdieu & a Educação”, de Maria Alice Nogueira e Cláudio M. Martins Nogueira, “Escola não é uma Empresa” Christian Laval, dentre outras.

A pesquisa qualitativa, para Prodanov e Freitas (2013), se refere à relação entre o mundo e o sujeito, promovendo a compreensão de ações, descobertas e hipóteses, sem a necessidade em utilizar dados estatísticos, dependendo do interesse do pesquisador.

Para a sustentação do presente artigo, foi utilizado o método dialético Hegeliano, o qual propõe que toda síntese, há de se transformar em uma nova tese. Seria necessário, portanto, expor oposições (antítese) que enaltece ações de criticidade sobre o conteúdo abordado, a fim

de encontrar na presente narrativa, percepções concretas e resoluções de forma especulativa, sobre possíveis componentes que resultam em novas discussões.

Para Japiassú; Marcondes (2006), a dialética para Hegel compreende que a contradição é um fator necessário para o pensamento:

(...) ela se realiza em três fases: tese, antítese e síntese, que marcam o progresso da consciência e o movimento da história até o espírito absoluto. Assim, a filosofia hegeliana se caracteriza pela integração da contradição, da qual faz um momento necessário da dialética, que é a resolução de todas as contradições. (JAPIASSÚ, MARCONDES, 2006, p. 56).

Para Cotrim e Fernandes (2016), a dialética poderá ser representada como uma espiral, um ciclo de análises e suposições que se estende a mais questionamentos de forma infinita, no contexto crítico. O método dialético, nesse contexto, possibilitaria compreender que, a unificação dos conceitos universais humanos de educação, sociedade e social, se tornam cruciais para o desenvolvimento de uma discussão.

O método histórico será utilizado como método de procedimento, buscando através dos contextos históricos, pelo aspecto já ocorrido (passado), a compreensão dos fatos que influenciam as ações atuais da sociedade e seus aspectos comportamentais. Nesse sentido, os acontecimentos e experiências humanas já ocorridas, seriam o prelúdio para investigação do pesquisador, tomando base para determinada temática.

O método histórico é composto por ações que orientam de forma organizada, a análise e contextualização do estudo, sobre uma perspectiva científica. Para Teixeira, et al. (2014), ações como: heurística, crítica e interpretação, possibilitam ao investigador, a organização e análises de seus dados, capaz de diferenciar uma fundamentação teórica, de uma opinião. A heurística, seria o movimento inicial em recolher dados; a crítica em verificar a veracidade desses dados; e a interpretação, em verificar se esses dados são cabíveis a devida pesquisa.

Para Prodanov e Freitas (2013), os fatores influenciam como o tema se discorre, através dos dados coletados. Os dados, seriam responsáveis pela a qualificação da pesquisa, pelo seu direcionamento e conclusões obtidas. “Nessa situação, o processo de pesquisa visa a examinar o tema selecionado de modo a observar todos os fatores que o influenciam, analisando-o em todos seus aspectos” (PRODANOV, FREITAS, 2013, p.39).

### 3 FUNDAMENTAÇÃO

Este texto fundamenta-se nas ideias propostas por Bourdieu, Laval, Freire, e outros autores que contribuem para as discussões propostas, isto é, entender como os mecanismos do sistema capitalista influenciam diretamente o desenvolvimento, participação e índices do aluno no âmbito educacional.

Discutir sobre questões socioeducacionais, é entender que há necessidade de discutir equidade no acesso e permanência e outras propostas de inclusão, principalmente a pedagógica, entre as classes sociais. Quando esse contexto é retratado sobre a realidade brasileira, surge inicialmente a necessidade em entender quais foram os contextos sociais e históricos que influenciaram diretamente nos índices das médias escolares, na compreensão de sociedade e oportunidades para as classes operárias.

As influências no processo de aprendizagem das classes dirigentes cujo capital cultural se diferencia das classes operárias, é notório. Estas, têm déficits de aproveitamento e articulação aos mecanismos presentes na sociedade. Estudantes que não atingem os níveis de notas considerados aceitáveis; evasão e reprovação, tudo isso são resultados de políticas que priorizam o valor econômico, em detrimento das concepções sociais inclusivas que necessitam ser repensadas, dentro do contexto das classes.

Dentro desta perspectiva, os fatores sociais externos poderão influenciar na forma, compreensão e estímulo que o indivíduo terá sobre determinada temática, que esteja além da compreensão já vivenciada em sua realidade. É categórico citar que, as segregações sociais existentes no contexto histórico brasileiro, proporcionaram ações que descredibilizaram o devido aproveitamento à educação por parte das classes menos oportunas.

A altas taxas de evasão escolar e a alta demanda de procura profissional por empregos considerados informais que, por ventura, geram as segregações de oportunidades, é consequência dos mecanismos sociais vivenciados atualmente.

As classes operárias buscam subsídios para a própria sobrevivência e, de certa forma, muitos abdicam de forma parcial ou até integral da construção de sua vida acadêmica, no ambiente educacional. A busca por trabalhos, com pouca necessidade de qualificação profissional e a informalidade em detrimento dos valores humanos essenciais, aliena-os constantemente por meio da opressão de um capital cultural e econômico, distante dos adquiridos por um núcleo familiar.

Para que o artigo possa ter mais profundidade, será necessário entender como os fatores sociais, poderiam influenciar no desenvolvimento educacional do indivíduo, partindo das questões sociológicas e econômicas.

### **3.1 O conceito de classe e o Neoliberalismo**

Adentrar-se ao conceito de classes sociais é compreender os contrastes presentes entre as posições de poder, influência e subordinação, em que as classes dirigentes, sobressaem no aspecto social às classes operárias, diante de seus posicionamentos de poder na sociedade.

A classe compreenderia a colocação e posicionamento de um indivíduo, nos meios de produção e vivência. Indivíduos com um mesmo grupo e perfil de influência, com acesso às oportunidades econômicas, sociais e educacionais (eruditas) semelhantes, seriam considerados atrelados à mesma classe, pela perspectiva de pertencimento.

A classe dirigente agrupou-se conforme seus interesses comuns de poder; enquanto a classe operária, subsidiária constantemente aos serviços e impostos, com baixas remunerações e poucas oportunidades acadêmicas, por conta do conhecimento finito e sua herança cultural e de sobrevivência adquirida através da estratificação social, e da ausência do capital cultural delimitador de oportunidades.

Conforme Lemos (2012) define que, estratificação social, seria compreender a maneira pelo qual os indivíduos socializam-se em meio a sociedade. Assim,

O modo como os indivíduos estão organizados socialmente requer o compartilhamento de relações sociais, ou seja, o entendimento mútuo da coerência do esquema de estratificação, faz com que o sentido de tais princípios, seja comungado pela coletividade envolvida neste arranjo estrutural (LEMOS, 2012, p. 116).

As classes sociais geram a estratificação social, onde os indivíduos menos favorecidos economicamente, seriam excluídos de ações que poderiam gerar o enriquecimento cultural, como o incentivo escolar, o acesso a livros, teses, palestras e artigos que, por ventura, despertaria o que Freire (1979) considerou como pensamento crítico-reflexivo em priorizar o aprendizado e sua inserção na sociedade. Esses elementos constituem o capital cultural pertencente às classes mais próximas das estruturas de poder, presentes na sociedade; já que para acessá-los, seria necessária uma herança familiar que possibilitasse tais incentivos.

A herança familiar aliena por gerações comportamentos que denominam a sua forma de concepção, como cultura legítima. Esse posicionamento, delimita o pensamento crítico e sua flexibilidade em buscar o conhecimento, além da herança familiar já adquirida; pré-estabelecido

por uma classe dirigente. Segundo Bourdieu e Passeron (1982), as classes dirigentes sempre se adequam ao monopólio de suas legitimidades pertencentes. Suas oportunidades de acesso ao conhecimento, seria possuidora de um núcleo familiar idealizado, com suas relações interpessoais e financeiras que, geram certas vantagens de sobrevivência no aspecto capitalista.

As classes operárias interpretam suas concepções de educação, por meio dos comportamentos adquiridos que se orientam conforme suas necessidades sociais e financeiras. É comum diante da realidade social, encontrar indivíduos que evadiram o sistema escolar, por falta de estrutura familiar e suporte financeiro; já que, seria necessário dispor-se a força de trabalho compatível com sua capacidade formativa, ou as políticas públicas de assistencialismo do governo.

Conforme Laval (2019),

(...) o valor social dos indivíduos corre risco de depender cada vez mais das competências pessoais que o mercado de trabalho sancionará da forma menos institucional, menos “formal” possível. O trabalho se iguala cada vez mais a uma mercadoria como qualquer outra, perdendo ao mesmo tempo sua dimensão coletiva e suas funções jurídicas (LAVAL, 2019, p.43).

Os interesses atrelados às relações mercantis proporcionam essa necessidade de busca profissional, contínua; cabendo à classe operária prezar pelo aspecto de sobrevivência em detrimento da educação; sendo essas percepções construídas no cenário familiar, que influencia na constância e âmbito escolar. É compreensível, nesse aspecto que, “(...) os estudantes de classe média ou da alta burguesia, pela proximidade com a cultura “erudita”, pelas práticas culturais ou linguísticas de seu meio familiar, teriam maior probabilidade de obter o sucesso escolar” (FERREIRA, 2013, p.48).

É válido destacar que, as classes operárias, estavam reclusas de mecanismos que as aproxime, às relações de poder. Seus conhecimentos poderão, também, sofrer marginalização por não estarem próximos dos padrões estabelecidos pelas classes dirigentes.

Nos moldes neoliberais, os padrões sociais existentes na sociedade, estariam atrelados sempre às questões econômicas de interesse da classe dirigente, em decidir o que deve ou não, ter credibilidade nas propostas educacionais e seu rendimento qualitativo. Segundo Laval (2020), a ação de governança liberal, articularia sempre com as legitimidades de poder, dotado de arte e ciências próprias; não restringindo apenas à questão econômica, mas à conjuntura de governança sobre a sociedade como um todo. Caberia, nesse aspecto, ao sistema, apenas replicar os conhecimentos já institucionalizados pela classe dirigente à classe operária, alienando-os.



O Estado, para Araújo e Almeida (2010), sempre será a força motriz da classe dirigente, em impor seu capital cultural e sua política homogênea em detrimento dos interesses coletivos sociais e da educação mais inclusiva às realidades existentes.

Pela perspectiva de Bourdieu, conforme Nogueira e Nogueira (2021),

(...) é o de que cada sujeito, em função de sua posição nas estruturas sociais, vivenciaria uma série característica de experiências que estruturariam internamente sua subjetividade, constituindo uma espécie "matriz de percepções e apreciações" que orientaria, estruturaria, suas ações em todas as situações subsequentes (NOGUEIRA, NOGUEIRA, 2021, p. 25).

O compreender desta perspectiva, faz com que os indivíduos entendam que o seu papel social, poderá ser alienado conforme os interesses e oportunidades categorizados pela dominância ou seu meio. Mas, é necessário perceber essa construção e se opor a ela.

### **3. 2 Contexto histórico socioeducacional Brasileiro e a função da escola**

Com a descoberta do Brasil e a chegada dos portugueses em 1500, diversos religiosos da época, propuseram aos povos originários, a imposição de suas línguas, dogmas e costumes, com o objetivo de legitimar suas concepções moralmente estabelecidas, em detrimento do conhecimento oral, já existentes entre eles.

No período colonial, a educação era estabelecida pelos religiosos, sendo considerado um trabalho de doutrinação escolar, seguindo o padrão de normatização estabelecido pelo os jesuítas, de acordo com suas convicções de educação e religião. O ensino proposto pelos jesuítas durou até 1759, a partir de então foi gerido pelo 'Estado'.

A educação, então, continuou a ser imposta e segregou a participação de negros e mulheres, por ser destinada apenas aos filhos dos descendentes portugueses, e aos indígenas aos quais havia interesse de introdução social, por parte dos colonos. A legitimação das posições de poder na educação, reconhecia apenas os seus conceitos adquiridos sob suas formas de imposição, exclusão e violência simbólica.

Com a chegada da família imperial, precursora da ascensão do Brasil império (1822 - 1889) foram formuladas as primeiras instituições de educação (que não eram dos jesuítas) e os primeiros cursos de ensino superior em solo brasileiro, aos quais, eram destinadas às famílias de poder (classe dirigente) e de forte influência na época. Dom João VI, coroado rei, preocupava-se com a construção moral que o império poderia percorrer, durante seu

desenvolvimento e ascensão mercantil; surgindo assim, os primeiros motivos para introduzir uma educação que legitimasse os interesses das posições de poder, na época.

Conforme Souza (2018), a vinda da família real evidenciou o caráter classista da educação na época, em impor sua legitimidade à classe operária.

A vinda da Família Real e mais adiante a Independência (1822) fizeram com que o ensino superior tivesse preocupação exclusiva, em detrimento de outros níveis de ensino, evidenciando o caráter classista da educação, ficando a classe pobre relegada a segundo plano, enquanto a classe dominante expandia cada vez mais seus privilégios (SOUZA, 2018, Online).

No decorrer do processo desenvolvimentista brasileiro, com a dissolução da colônia, ascensão do império e, posteriormente, Proclamação da República, início do século XX; a realidade brasileira, passou por um longo período de altos índices de analfabetismo, evasão, dificuldades na evolução educacional e na permanência dos seus indivíduos incluídos, por conta de impasses e dificuldades sociais, gerados pela centralização financeira e segregação de oportunidades, impostas pela classe dirigente.

Com a sociedade brasileira se desenvolvendo em base urbano-comercial desde a segunda metade do século XIX, o analfabetismo passa a se constituir um problema, porque as técnicas de leitura e escrita vão se tornando instrumentos necessários à integração em tal contexto social (RIBEIRO, 1992, p. 75).

O privilégio educacional estaria qualificado apenas a quem possuía proximidade com o poder legitimado dos governos, empresários, professores e produtores rurais, no contexto desenvolvimentista. A legitimação dessas classes, estaria suportada sobre uma base estrutural financeira, social que, aliena os componentes familiares a seguirem os mesmos preceitos já pré-estabelecidos nos componentes institucionais em sociedade.

Essas concepções estruturadas tiveram origem nos processos de colonização e perpetuação dos primeiros conceitos de educação, que qualificava apenas o capital cultural de dominância dos colonizadores, como base para a construção didática.

As pessoas do campo, pobres e indígenas, estariam em certas desvantagens com relação à dominância, por suas concepções estruturantes estarem distantes e diferentes daquelas das classes dirigentes. As segregações étnicas e econômicas enraizadas com o advento colonial, proporcionou o pertencimento escolar, como algo elitizado e normatizado, que não credibiliza o acesso das classes diversas, limitando o acesso a maioria. “(...) as medidas que tinham de ser aplicadas aos trabalhadores pobres, eram radicalmente diferentes daquelas que os ‘homens da razão’ consideravam adequadas para si próprios” (MÉSZÁROS, 2008, p.42).

Conforme Frigotto e Ciavatta (2003), os problemas da ausência aos parâmetros sociais brasileiros, desenvolveria exclusão dos cidadãos a instâncias da vida social.

Historicamente, entendemos o problema da cidadania, no Brasil, como uma questão mal resolvida. A questão da cidadania é, originalmente, uma questão alheia à constituição da sociedade brasileira pós-colonial, situação que teria se prolongado sob o fenômeno da exclusão dos “cidadãos” brasileiros de diversas instâncias da vida social (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 100).

Na perspectiva brasileira, foi notável os interesses da educação, aos alunos que possuíam uma origem mais estruturada culturalmente, pela facilidade em assimilar com os conteúdos já empregados no ambiente escolar, por conta da influência familiar.

Nogueira e Catani (2015), citam que as seleções sociais, proporcionam o acesso a quem poderia gerir e demonstrar valor e conhecimento, semelhante aos moldes educacionais ofertados que perpetuavam quem deveria ou não entrar na escola.

Até o final de 1950, as instituições de ensino secundário conheceram uma estabilidade muito grande fundada na eliminação precoce e brutal (no momento da entrada em *sixième*) das crianças oriundas de famílias culturalmente desfavorecidas. A seleção com base social que se operava, assim, era amplamente aceita pelas crianças vítimas de tal seleção e pelas famílias, uma vez que ela parecia apoiar-se exclusivamente nos dons e méritos dos eleitos (...) (NOGUEIRA, CATANI, 2015, p. 245).

Ribeiro (1992) expressa que a seletividade era predominante em 1935 e que nem todos os alunos matriculados tinham condições de permanência no ensino.

O problema da evasão (seletividade) parece continuar presente, já que 5,5% (1935) e 5,0% (1955) dos alunos matriculados não chegam a frequentar regularmente. A matrícula efetiva do ensino superior, por outro lado, equivale a 1,3% (1935) e 1,5% (1955) da relativa ao ensino elementar (RIBEIRO, 1992, p. 128).

Percebemos através das posições impostas pelo colonialismo que, as origens identitárias no desenvolvimento educacional brasileiro, qualificaria a função da escola como responsável pelas legitimações educacionais, centralizadas nas políticas de poder e capital econômico, diante o contexto histórico.

Conforme Mészáros (2008), nesse aspecto, só seria possível uma reformulação da realidade educacional, caso haja prioridade nas transformações sociais em proporcionar oportunidades inclusivas, de acordo com a realidade das classes diversas.

### **3.3 Concepções bourdieianas: Capital cultural, violência simbólica e habitus**

O capital cultural exposto por Nogueira e Catani (2015) seria intrínseco para a compreensão da estreita relação entre o nível cultural da família, com o aperfeiçoamento escolar, por parte do aluno. Segundo os autores,

A parcela de 'bons alunos' em uma amostra da quinta série cresce em função da renda de suas famílias. (...) ainda que o êxito escolar pareça ligado igualmente ao nível cultural do pai ou da mãe, percebem-se ainda variações significativas no êxito da criança quando os pais são de nível desigual. (NOGUEIRA, CATANI, 2015, p. 46).

O conceito de capital cultural tenta compreender os dispositivos simbólicos, ações adquiridas pelo o sujeito, em meio a sua vivência. Sendo composto por capacitações, teatros, idiomas, costumes, buscando correlacionar o sujeito com outros agentes presentes na sociedade (FERREIRA, 2013, *apud* BOURDIEU, 1998).

Bourdieu compreende de forma factível, a relação entre a escola e o contexto social de permanência e capacitação por parte do aluno, entendendo que suas origens e condições econômicas, influenciam seu desenvolvimento cognitivo e índices na sociedade.

Existe uma intensa relação entre o comportamento escolar do aluno, com sua origem ou vivência.

Bourdieu elabora, desse modo, um sistema teórico voltado a mostrar como condições de participação social dos indivíduos, baseiam-se na herança social, que se reproduz constantemente numa determinada sociedade – a qual ele chama de *estrutura estruturante* (FERREIRA, 2013, p. 47).

Ricos e pobres, mais e menos centralizados urbanamente, sofrem alienação constante, sobre suas formas de viver, tendo o elo educacional sempre adaptável, e nem sempre inclusivo a sua classe. Para Nogueira e Catani (2015), sobre a perspectiva bourdiesiana, a herança cultural através da vivência, determinará diferenças entre a educação das classes sociais mais ou menos favorecidas.

A violência simbólica fundamenta-se como a ação em impor e categorizar como certo, aceito ou melhor, a percepção de um indivíduo, conforme seus valores pré-estabelecidos no seu convívio, de acordo com seu posicionamento em classe, em detrimento de outros valores diversos existentes. Por exemplo, um profissional em sala, ao impor aos seus alunos, suas concepções de uma temática, a fim de que, eles possam concordar sem haver criticidade, descredibilizando seus conhecimentos e vivência, seria considerada uma ação atrelada ao conceito de violência simbólica.

Conforme Nogueira e Nogueira (2021), a violência simbólica é composta por duas estratégias diferentes:

A primeira, mais comum, consiste em reconhecer a superioridade da cultura dominante e, em alguma medida, busca se aproximar ou mesmo se converter a essa cultura. Tem-se aqui o que Bourdieu chama de "boa vontade cultural": um esforço de apropriação da cultura dominante por parte daqueles que não a possuem (NOGUEIRA, NOGUEIRA, 2021, p. 33).

A segunda estratégia seria:

A segunda consiste em se contrapor à hierarquia cultural dominante visando reverter a posição ocupada pela cultura dominada. Isso pode ser observado, por exemplo, em certas iniciativas de valorização das tradições e da cultura popular desenvolvidas por movimentos populares e por intelectuais (NOGUEIRA, NOGUEIRA, 2021, p. 33).

A violência simbólica também se enquadraria nos conceitos linguísticos. A gramática normativa, dispõe-se a construção de uma linguagem culta, que preza pela escrita correta da língua. Quando se é retirado pontos, pelo professor, quando o estudante, em sua escrita tem coloquialismo e grafias erradas, provoca o sentimento de insuficiência, já que, em muitos casos, a forma de diálogo e escrita pertencente, estariam influenciados pelo ambiente e seu *habitus*.

O conceito de *habitus* seria de comportamentos adquiridos pelos fatores estruturantes, como a classe pertencente, família e percepções que, aliena a forma como o indivíduo convive, age e faz escolhas, na sua vida em sociedade. O *habitus* constitui-se através das experiências passadas pelo indivíduo, e configura-se como seu comportamento.

Nesse cenário, o capital cultural, violência simbólica e *habitus* tornam-se concepções imprescindíveis para solidificação deste artigo. Já que no aspecto semiótico (representação), juntamente com a narrativa bourdiesiana, a vivência sobre o aluno, influência no êxito de seu processo educacional.

(...) as ações, comportamentos, escolhas ou aspirações individuais não derivam de cálculos ou planejamentos, são, antes, produtos da relação entre um *habitus* e as pressões e estímulos de uma conjuntura (FERREIRA, 2013, p. 48, *apud* SETTON, 2002).

Para Ferreira (2013), o aluno nesse contexto, seria apenas um ator social, que possui seus gostos, posturas e detalhes, tentando se enquadrar no meio educacional com suas bagagens e modos, refletidos a partir do contexto familiar e sua localidade.

### **3.4 Compreensão do capital cultural e suas influências sobre o desenvolvimento educacional**

Entender o contexto de capital cultural, faz-se necessário para a compreensão do comportamento do indivíduo, sua forma de comunicar e, sua compreensão com as relações educacionais e sociais.

Os estudantes tendem a reproduzir com legitimidade, os valores e os comportamentos de acordo com sua estrutura familiar. Pais capacitados, com ênfase na escolaridade, possuem mais condições de dar o suporte e influência aos seus filhos.

No sentido da reprodução, na concepção bourdieusiana, segundo Nogueira e Catani (2015) o êxito escolar da criança está meramente ligado à escolaridade dos pais: “(...) os diplomas obtidos pelo pai, mais mesmo do que o tipo de escolaridade que ele seguiu, é o nível cultural global do grupo familiar que mantém a relação mais estreita com o êxito escolar da criança” (NOGUEIRA, CATANI, 2015, p. 46).

Com relação ao fato de se comunicar nos primeiros anos, Nogueira e Catani (2015), cita que os obstáculos referentes à compreensão e uso da fala, constituem o ponto inicial sobre a aprendizagem do aluno.

Para Nogueira e Catani (2015), a escola seria um elo de fortalecimento, que de certa forma, proporciona ao aluno soluções intuitivas, a fim de superar as experiências negativas ao longo do cenário de vida.

Esse destino é continuamente lembrado pela experiência direta ou mediata e pela estatística intuitiva das derrotas ou dos êxitos parciais das crianças do seu meio e também, mais indiretamente, pelas apreciações do professor, que, ao desempenhar o papel de conselheiro, leva em conta, consciente ou inconscientemente, a origem social de seus alunos e corrige, assim, sem sabe-lo e sem deseja-lo, o que poderia ter de abstrato um prognóstico fundado unicamente na apreciação dos resultados escolares (NOGUEIRA; CATANI, 2015, p. 52).

O conceito de capital cultural possibilitaria entender os meios simbólicos que são adquiridos por um núcleo familiar erudito. Esses meios simbólicos poderão influenciar na perspectiva instrutiva de um indivíduo pois, sua realidade, terá estrutura e favorecimento, para a compreensão de algo já presente em seu meio. Há, ainda, capital econômico (dinheiro) e o capital social (questões interpessoais, sociais e educacionais).

O núcleo familiar detentor do capital cultural, se assimila de forma mais próxima das relações de poder, conforme a realidade das classes dirigentes. Até mesmo na escola, crianças com mais facilidade de compreensão das atividades e didáticas propostas, são consideradas mais interessantes e sucessíveis a méritos escolares. Enquanto, crianças que não possuem o mesmo padrão receptivo de compreensão ou didática, são segregadas pelo baixo rendimento escolar; podendo também ocorrer a autossegregação, por conta do *habitus* e experiências vivenciadas que legitimaram distâncias de percepção ao conteúdo apresentado pelo sistema escolar.

Para esses alunos, a escola perderia o seu papel inclusivo, pois legitimaria concepções sociais de dominância e valorização dos interesses dominantes, em detrimento dos aspectos

sociais já adquiridos. Assim, mostra-se necessário entender os impactos do conhecimento estruturado, diversificado, como compreensão das percepções de cada indivíduo. Necessário pensar formas para que este estudante adquira o capital cultural para lutar nesse sistema.

### **3.5 A concepção socioeducacional por alguns autores**

Freire (1979) busca sempre compreender a realidade social, como fator atuante no processo de ensino, atuante nas classes sociais. Sua teoria definiria um marco divisor na educação brasileira, de autenticidade e compreensão, sobre a perspectiva da alfabetização, como solução da alta taxa de analfabetismo, por parte dos trabalhadores no final do século XX.

Freire (1979) buscava propor ao aluno, a compreensão do método de alfabetização, atuante a sua classe pertencente, levando em conta seu contexto e suas vivências.

Numa sociedade de classes toda educação é classista. E, na ordem classista, educar, no único sentido aceitável, significa conscientizar e lutar contra esta ordem, subvertê-la. Portanto, uma tarefa que revela muito mais o conflito interior à ordem classista do que a busca de um diálogo que instaure a comunhão de pessoas ou de classes (FREIRE, 1979, p. 13).

Adentrando em uma perspectiva bourdieusiana, sobre o contexto socioeducacional dos trabalhadores de Angico – RN (1963), onde Freire aplicou o método de alfabetização; ali se observam as diferenças nos índices educacionais, por consequência o analfabetismo, que estariam totalmente ligados à herança cultural, já que a maioria dos sujeitos analfabetos, estavam em situações menos oportunas de educação.

Nogueira e Catani (2015) citam que os herdeiros, aceitando herdar alguma capacitação ou inclinação, acabam se assemelhando ao contexto de profissionalização dos pais. “Os Herdeiros que, aceitando herdar – portanto, serem herdados pela herança, conseguem apropriar-se dela (o politécnico filho de politécnico ou o metalúrgico filho de metalúrgico) (...)” (NOGUEIRA, CATANI, 2015, p. 260).

Para Ramos (2020), tanto em Bourdieu quanto em Freire, a existência do modelo de educação formal, no contexto de organização social, seria uma expressão da própria sociedade. Nesse aspecto, há de se reafirmar a importância desses autores para a compreensão de como os mecanismos do meio social, influenciam no processo de aprendizado, nos índices educacionais e oportunidades no cenário capitalista.

Ao que se refere a concepção educacional, Moacir Gadotti, discute que a educação surge a partir das interações sociais fora da escola, sobre a percepção de mundo e seus componentes.

Nesse viés, a educação popular é responsável pela construção do saber, das classes operárias. O educador, nesse contexto, teria a responsabilidades de reproduzir, uma educação inclusiva que esteja mais próxima da realidade dos indivíduos, prezando por uma educação que, de acordo com Paulino (2001), apresentaria sua força diante a classe dirigente, a qual reforça as segregações sociais e a individualização social.

### **3.6 Educação e Desigualdades Sociais no cenário Capitalista Contemporâneo: Algumas reflexões**

Refletir sobre as desigualdades sociais é entender que suas estruturas (classe dirigente e o capital econômico) são fatores que legitimam concepções e *habitus* distantes das classes operárias (menos favorecidas).

O cenário atual e a ascensão neoliberal progridem de tal forma que, apenas as concepções e o capital cultural moralmente aceito pelas relações de poder seriam válidos para a conquista profissional e educacional das classes operárias.

O acesso às posições de poder estaria atrelado às consequências estruturantes do mundo capitalista, pois, necessitaria também da capacitação formativa. Para isso, seria necessário o suporte familiar, estabelecido culturalmente pelas concepções educativas adequadas à realidade de classe que, alienava os hábitos sobre a conjuntura do indivíduo.

O suporte familiar, promoveria êxito nas concepções sociais, caso estivesse economicamente e culturalmente, estabelecido diante as necessidades de sobrevivência. Caberia à escola promover ações que gerem valor aos conceitos construídos, respeitando que a situação social poderá ser um fator influente no desenvolvimento educacional do estudante.

As classes entendendo seus papéis de posicionamento, poderiam propor meios que legitimam seus interesses conforme as oportunidades entregues pela educação.



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que as relações existentes entre a escola, suas estruturas de classe e desigualdades sociais, estariam influenciadas pelo contexto neoliberal, no sentido de posicionamento e legitimação dos interesses econômicos de poder, das classes dirigentes.

A metodologia trilhada proporcionou leituras e reflexões acerca destas relações estabelecidas no âmbito educacional, numa leitura pautada em Bourdieu. Não foi fácil, mas foi instigador. Estas reflexões nos levaram a perceber o quanto a classe dirigente é favorecida no contexto educacional, por meio da herança familiar, do capital cultural, do capital econômico, do capital social e, por fim, da formação de *habitus* que são diferentes da classe operária.

Os objetivos foram alcançados neste artigo, pois propuseram compreender as situações sociais presentes na sociedade, no sentido de perceber as influências do capitalismo na educação e a falta de acesso e permanência das classes operárias nesse contexto. Além, da falta de um trabalho (seja por meio de políticas públicas ou da efetivação de algumas, como a política de cotas já existente que, proporciona uma educação com mais equidade.

Por fim, para artigos futuros, faz-se necessário o aprofundamento desta temática, como forma de promover os conceitos reflexivos de educação, bem como nas discussões trazidas por Bourdieu. Nesse sentido, também, propor discussões que deem respaldo para reformulações que gerem efetividade das políticas de equidade no acesso ao ensino e permanência, bem como nas discussões acerca da educação popular.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Denise Silva; ALMEIDA, Maria Zeneide C. M. de. Políticas educacionais: refletindo sobre seus significados. **Educativa**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 97-112, jan./jun. 2010.
- BOURDIEU, Pierre Félix.; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad. de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. **Fundamentos de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- FERREIRA, Wallace. Bourdieu e educação: Concepção crítica para pensar as desigualdades socioeducacionais no Brasil. e-Mosaicos – **Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura** do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues de Silveira (CAp-UERJ). V. 2 – N.3, p. 46 – 58, – JUNHO, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 4 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** 5 ed. - São Paulo: Atlas, 2003.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. (tradução Mariana Echalar).
- LAVAL, Christian. **Foucault e a questão neoliberal**. São Paulo: Elefante, 2020. 320p. (tradução de Márcia Pereira da Cunha, Nilton Ken Ota).
- LEMONS, Marcelo Rodrigues. Estratificação social na teoria de Max Weber: Considerações em torno do tema. **Revista Iuminart**, |Ano IV | nº 9. p. 113-127 Nov/2012.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (tradução: Isa Tavares).
- NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA Cláudio M. Martins. **Bourdieu & a educação**. 4. ed; 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. 128 p.
- NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs.). Pierre Bourdieu. **Escritos em Educação**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PAULINO, Conceição Aparecida Alves. **Moacir Gadotti por um educador brasileiro**. Revista Profissão Docente, Uberaba, v.1, n.3, p. 15–26 set/dez. 2001 – ISSN 1519-0919.

RAMOS, Jhonathas Armond Assis. Pierre Bourdieu e Paulo Freire: um diálogo pela educação. **Revista entreideias**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 9-28, set./dez. 2020.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 12. ed. — São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992. (Coleção educação contemporânea).

SOUZA, José Clécio Silva e. **Educação e história da educação no brasil. Educação Pública**, 2018. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-historia-da-educacao-no-brasil>. Acesso em: 14, junho, 2023 às 15h28min.

TEIXEIRA, Felipe Charbel; RODRIGUES, Henrique Estrada; CALDAS, Pedro Spinola Pereira; TURIN, Rodrigo. **Metodologia da Pesquisa Histórica**: v. único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.